

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA/NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

PF evita fraude de quase R\$ 500 milhões no INSS 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ações na Justiça viram ameaça de R\$ 2,6 tri à União 5

PORTAL UOL - COLUNA
SEGURIDADE SOCIAL

A rota de humilhação para acessar os programas sociais 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Por um Estado eficiente (Artigo) 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O abismo que a pandemia aprofundou (Editorial) 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado de olho nas decisões sobre juros 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sociedades pobres com alguns ricos (Artigo) 13

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por suborno, Gol vai pagar US\$ 413 milhões 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Emprego e atividade serão destaque no Copom 15

ZERO HORA - RS - ELEIÇÕES 2022
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Precisamos de um plano emergencial de educação" 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Eleições com reflexo global 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Em Londres para funeral da Rainha, Bolsonaro faz discurso em tom de campanha e fala em vitória no primeiro turno (Espaço do Leitor) 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro contra as mulheres - CELSO ROCHA DE BARROS 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil terá dívida maior e gastos represados ao fim do mandato de Bolsonaro 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Banco Mundial vê pior cenário desde os anos 1970.....27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Presidente vai à ONU em viagem com risco político calculado.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

País precisa gastar mais com educação nos pós-pandemia, diz Cláudia Costin.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Os problemas do Auxílio Brasil - SERGIO LAMUCCI.....31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Emergência climática cria trauma em jovens, afirma CEO do B Team.....32

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

O voto também está mais caro em 2022 - BRUNO CARAZZA.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Majoria aposta em manutenção da Selic em 13,75% nesta semana.....34

PF evita fraude de quase R\$ 500 milhões no INSS



Camila Mattoso e Thiago Resende

A Polícia Federal investiga suspeita de fraude que pode chegar a R\$ 486 milhões em pagamentos de benefícios, como o auxílio-reclusão, cujo objetivo é proteger parentes que, com a prisão do segurado, podem ficar sem renda e, no caso de jovens, abandonar a escola para trabalhar

A operação para identificar os desvios também contou com a atuação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Setores de inteligência das instituições financeiras que fazem esses pagamentos verificaram indícios de irregularidades nas transferências.

De acordo com a PF, as supostas fraudes foram feitas por meio de acessos de senhas de 29 servidores do INSS. A principal suspeita é que os códigos tenham sido hackeados. Ainda segundo policiais que participam da ação, com o acesso ao sistema do órgão, criminosos conseguiram reativar benefícios e alterar dados de contas bancárias para que os pagamentos fossem feitos.

Investigadores constataram que, entre os indícios encontrados até o momento, foi possível identificar grande quantidade de casos em que titulares das contas dos bancos não eram os mesmos destinatários dos benefícios. Um outro padrão notado é que as reativações foram feitas em benefícios que estavam perto de completar cinco anos, com valores que nunca passavam de R\$ 100 mil - o que seria, em tese, para não chamar a atenção de órgãos de controle, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

"A Polícia Federal detectou, por meio do uso de ferramentas de análise massiva de dados, a existência de milhares de reativações de benefícios sociais de

forma fraudulenta. Dessa forma, a medida mais urgente para evitar a evasão de dinheiro público foi o acionamento das instituições financeiras, possibilitando o bloqueio do pagamento de milhões de reais em benefícios fraudulentos", disse Cléo Mazzotti, coordenador-geral de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal.

A maior preocupação da polícia era que os pagamentos fossem suspensos o quanto antes. Isso porque a experiência de investigações desse tipo mostra que é difícil recuperar o dinheiro depois de realizada a transferência. Em algumas situações, é possível encontrar os autores, mas dificilmente os recursos são devolvidos.

A apuração começou em junho deste ano e, desde então, os bloqueios de pagamentos começaram a ser feitos. Mais de 13 mil benefícios que seriam pagos estão na mira da investigação -entre eles o auxílio-reclusão. O benefício é pago a dependentes do trabalhador que tenha no mínimo dois anos de atividade urbana reconhecida pelo INSS e não receba benefício do órgão, dentre outras exigências.

Segundo o INSS, uma análise mais aprofundada vai concluir, dentro desse montante de R\$ 486 milhões, quais benefícios que seriam pagos irregularmente e quais estavam regulares. Por isso, o órgão ainda não tem informação de quanto poderá ser recuperado. A PF agora investiga se a ação foi orquestrada, se partiu de um mesmo grupo e busca identificar os autores das supostas fraudes.

Na esteira de medidas para combater desvios, o INSS concluiu no início de setembro a distribuição de tokens para aprimorar a segurança no acesso de servidores do órgão a dados dos beneficiários e ao sistema que autoriza a concessão de benefício.

Com isso, o acesso passa a ser protegido por três mecanismos: a senha pessoal de cada servidor, a verificação em duas etapas (código enviado para o celular do servidor) e o token (uma espécie de pendrive que deve ser inserido no computador para destravar o sistema do INSS). Os tokens custaram R\$ 1,34 milhão e devem ser renovados em três anos.

"Historicamente, o INSS é alvo de fraude, é alvo de todo tipo de problema. Nós começamos nos últimos

anos a intensificar as parcerias com outros órgãos. As fraudes estavam cada vez mais sofisticadas, e o mundo está investindo em segurança cada vez mais. Então o setor público não pode ficar à margem disso", disse o diretor de tecnologia da informação do **INSS**, João Rodrigues da Silva Filho.

COMPRA DE TOKENS

O processo de compra dos tokens começou ainda no ano passado, como um projeto do **INSS**. A compra foi feita no início de 2022 e, agora em setembro, o sistema de todos os servidores do órgão (cerca de 20 mil) passou a exigir o dispositivo. Essa nova fase começou como um teste para um grupo mais restrito de servidores, mas, após seis meses, foi adotado por todo o órgão.

Os tokens foram distribuídos inclusive para servidores de agências do **INSS** em todo o país. Segundo Filho, o dispositivo passou a ser necessário até para acessar o histórico e processo de beneficiados. "O valor investido na segurança é muito pequeno em relação ao risco de fraudes", afirmou o diretor. O **INSS** trabalha em conjunto com outros órgãos para evitar prejuízos no pagamento de benefícios. Além da PF, há grupos de trabalho com o Ministério da Previdência e Trabalho, GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e Dataprev.

Os bancos fazem, por exemplo, cruzamento de dados para saber se o benefício a ser pago será depositado em uma conta com o mesmo CPF ou de algum familiar. Caso contrário, há um indício de fraudes. Outra medida prevista pelo **INSS** é a troca da rede dos computadores, por uma com acesso mais rápido e que dá mais autonomia ao órgão. Atualmente, em caso de alguma suspeita de acesso irregular com informações e senhas de servidores, o **INSS** não consegue bloquear o acesso imediatamente -às vezes, depende do Dataprev. Além disso, o **INSS** quer investir mais em cursos e conscientização dos servidores sobre os riscos de fraude para evitar que o sistema seja burlado.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/09/2022/p1>

Ações na Justiça viram ameaça de R\$ 2,6 tri à União

Luísa Martins e Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

A rota de humilhação para acessar os programas sociais

Diálogos Públicos

Elaine Licio *

Denise Direito **

Natália Massaco Koga ***

Desde o fim do Auxílio Emergencial, em outubro de 2021, os noticiários têm mostrado a explosão da demanda por cadastramento. Concebido como porta de entrada para a proteção social, a busca pelo Cadastro Único se tornou sua antítese, palco de constrangimentos e humilhações. São inúmeros os relatos das filas intermináveis, onde as pessoas passam dias e noites na rua, expostas ao frio, calor e toda sorte de inseguranças. Como ilustrou a saga de Janaína, que, doente e sem conseguir trabalhar, ficou dias na fila do CRAS do Distrito Federal e, após mal súbito, morreu. O poder público não foi capaz de fazer o cadastro de Janaína, passo inicial para entrada em outra fila, a do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

São muitas as filas para acessar os programas sociais, especialmente aqueles voltados para os pobres. A fila para cadastramento é uma fila física, que a pessoa enfrenta no município. Depois de cadastrada, há outras filas - estas virtuais - para acessar programas como Auxílio Brasil e BPC. A fila virtual também constrange e humilha. Trata-se de uma espécie de limbo de invisibilidade. O Estado reconhece apenas em tese o direito do cidadão, e responde com algo como: Devo, não nego, pago quando puder.

As filas virtuais possuem dinâmicas diferentes. A do Auxílio Brasil é discricionária, depende do quanto o governo federal está disposto a alocar naquele momento. Recentemente, incluiu-se mais de dois milhões de famílias, que há meses estavam habilitadas no Cadastro Único. Mas a persistência das filas para cadastramento indica que está se formando novo contingente de famílias sem o devido acesso ao programa. A fila virtual do BPC segue outra lógica. O Estado é obrigado a pagar o benefício para quem possui as condições estabelecidas em lei. Nesse caso, a fila é administrativa, fruto da demora do **INSS** em processar os requerimentos. Em maio de 2022 havia 500 mil requerimentos pendentes de análise por lá.

A pandemia da covid-19 demonstrou que o Cadastro Único não estava preparado para atender grandes calamidades. A complexidade do processo de cadastramento, que envolve entrevista presencial e preenchimento de longo questionário, dificultou a resposta na velocidade demandada. Assim, o Cadastro Único foi apenas parcialmente usado na concessão do Auxílio Emergencial em 2020 e 2021. Aqueles que já estavam cadastrados em março de 2020 foram os primeiros a receberem o Auxílio. Porém, no caso dos demais, foi necessário adotar um aplicativo via celular para viabilizar um contingente próximo a 38 milhões de pessoas, cerca de 56% das concessões.

Parte dos órfãos do Auxílio Emergencial, que se extinguiu em outubro de 2021, compõe agora a fila para entrar no Cadastro Único. Isso era previsível considerando as dificuldades da retomada econômica no pós-pandemia e o grande contingente de pessoas que não recuperaram suas ocupações.

O gráfico abaixo mostra que houve queda importante na atualização dos cadastrados durante a pandemia, especialmente na vigência do Auxílio Emergencial. Ainda que a inclusão de novas famílias tenha mostrado crescimento constante ao longo do período, foi só em novembro de 2021, após o fim do Auxílio Emergencial e substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, que se aceleraram as atividades cadastrais.

Gráfico - Atividades cadastrais e a remuneração repassada a estados e municípios

Fonte: Visdata. Ministério da Cidadania.

O Cadastro recebeu cerca de 8 milhões de famílias novas desde o início da pandemia. Sendo que o governo federal, além de não divulgar orientação prévia para essa inclusão, voltou a exigir, em 2022, atualização cadastral das famílias como requisito para entrar ou permanecer no Auxílio Brasil e BPC. Esse processo pressionou ainda mais as filas das equipes de atendimento já sobrecarregadas nos CRAS. O gráfico também mostra que o valor repassado aos estados e municípios para apoiar financeiramente as atividades cadastrais durante a pandemia ficou estancado, ensaiando inclusive uma tendência de queda nos repasses a partir de janeiro de 2022,

período de maior expansão do Auxílio Brasil.

A experiência do Auxílio Emergencial deixou aprendizados gradualmente incorporados à gestão do Cadastro Único. Exemplo disso é o aplicativo, lançado em abril de 2022, que tornou possível ao cidadão fazer um pré-cadastro ou atualizar o cadastro já existente, caso não haja modificações da situação familiar.

Embora essa inovação busque aliviar as filas físicas, ela acabou por gerar uma nova fila virtual, desta vez, dos pré-cadastrados. Segundo o Ministério da Cidadania, atualmente, há 420 mil famílias pré-cadastradas, aguardando a oportunidade de ter seu cadastramento concluído pelos municípios em 240 dias. Ou seja, institucionaliza-se agora a fila virtual em que o cidadão pode demorar até 8 meses para ser cadastrado.

Na prática, quem quer se cadastrar hoje pode escolher entre amargar dias e noites na fila presencial, quando o município lhe dispuser essa opção, ou ficar no limbo virtual, esperando ser chamado para concluir o cadastramento. Se tudo der certo, em até oito meses conseguirá completar o seu cadastro e assim entrar em outra fila virtual, que lhe permita entrar na folha de pagamento dos programas, essa última sem prazo claro para se concretizar.

O Cadastro Único foi criado e desenvolveu-se ao longo das décadas para ser catalisador da inclusão social, para evidenciar as muitas dimensões da pobreza ao trazer informações não apenas sobre renda, mas também sobre educação, condições de saúde, domicílio, trabalho etc. Além de ser o único registro administrativo federal que mostra composição de famílias em termos de compartilhamento de renda e despesas. Nisso ele é hoje insubstituível.

O uso das novas tecnologias é mais do que bem-vindo para ampliar sua capacidade de atendimento. No entanto, é necessário revisar seu longo processo de coleta e validação dos dados, muitos dos quais já disponíveis em outras bases governamentais, prescindindo ser coletados novamente, caso do Censo Escolar. A interoperabilidade com os registros administrativos da previdência (CNIS) e do trabalho formal (RAIS) é importante para a adequada identificação da renda da pessoa, simplificando e dando maior confiabilidade ao cadastro. Também é necessária a consolidação de uma identidade digital forte, a exemplo das iniciativas gov.br já largamente utilizadas por inúmeras transações do governo e cidadãos.

A digitalização do Cadastro Único deve, acima de tudo, ocorrer em benefício do cidadão. Seja para a resolução do problema das filas ou para facilitar de

algum modo o atendimento, a tecnologia não deve mediar todos os relacionamentos Estado - cidadão. Sempre haverá excluídos digitais ou aqueles que simplesmente preferem o contato pessoal, razão pela qual o investimento em tecnologia tem que vir acompanhado de investimentos nas estruturas municipais de cadastramento, principalmente em termos de recursos humanos.

A situação das filas e a discussão sobre a digitalização evidenciam parte das questões que precisarão ser superadas para que o Cadastro Único possa assumir papel central no combate à pobreza e às vulnerabilidades sociais. No entanto, é necessário também pensar na outra ponta, na articulação e coordenação de todas as políticas sociais usuárias do Cadastro Único, de forma a corrigir eventuais hiatos, superposições e ineficiências do sistema protetivo. Assim, fazer melhor, apesar dos limites fiscais.

* Elaine Licio é integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília.

** Denise Direito é integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

*** Natália Massaco Koga é integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Doutora em Ciência Política pela University of Westminster.

**** Esse texto é fruto de parceria entre a Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP) e a Coluna Diálogos Públicos.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/dialogos-publicos/2022/09/19/a-rota-de-humilhacao-para-acessar-os-programas-sociais.htm>

Por um Estado eficiente (Artigo)

Carlos Rodolfo Schneider

A reforma administrativa que deveria estar tramitando no Congresso Nacional seria uma oportunidade para modernizar o Estado, desengessando-o, criando ferramentas que permitiriam valorizar os bons servidores, estimulando e reconhecendo o bom desempenho, a exemplo do que vêm fazendo diversos países. Como bem alertou há um tempo o deputado federal Tiago Mitraud, líder da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa: "A baixa produtividade do setor público afeta diretamente a produtividade e a competitividade do país. Aprovando a reforma, vamos ver melhorias significativas no setor público e na produtividade do país como um todo".

Segundo o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, o funcionalismo e a **Previdência Social**, mesmo após a reforma de 2019, são as duas contas que apresentam as maiores oportunidades para reduzir o gasto público, uma vez que representam cerca de 80% da despesa do Estado, contra a média de 50% a 60% em outros países.

Para remunerar 11,5 milhões de **servidores públicos** federais, estaduais e municipais, o Brasil gastou R\$ 944 bilhões em 2018, equivalentes a 13,4% do **PIB**, um dos percentuais mais altos do mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, gastaram 9,2% do **PIB** para remunerar 22 milhões de servidores. A Alemanha gasta 7,5%, a Colômbia 7,3%, e a Coreia do Sul 6,1%. Em contrapartida, no final de 2019, a OCDE divulgou relatório de avaliação da administração pública em 44 países, com a percepção da população sobre os serviços públicos. O Brasil aparecia mal na foto. Na educação, apenas 51% de cidadãos satisfeitos, contra 66% na média da OCDE e 70% na China, por exemplo. Na saúde, aparecemos com 33%, a China com 69%, e a média da OCDE é 70%. Os dados mostram que o país há muito tempo gasta muito e gasta mal, o que reforça a necessidade de mudanças.

Além do alto custo da máquina pública, existem claras distorções a recomendar mudanças. Como a existência de um quadro de 15,5 mil funcionários, que custam R\$ 1,6 bilhão ao ano, apenas para administrar a folha de salários da União. Ou aberrações decorrentes do engessamento da grade de carreiras públicas, que obriga a manter servidores desocupados em funções obsoletas como discotecário, operador de videocassete, operador de telex, especialista de linotipo, datilógrafo, entre outras. Ou ainda um sistema de avaliação que concede a mais de 95% dos

servidores a bonificação máxima por desempenho, performance a fazer inveja às melhores empresas. Além do que, 60% das gratificações continuam a ser pagas após a aposentadoria!

O Brasil não pode mais postergar uma reforma administrativa que permita ao país criar uma máquina pública forte, enxuta e ágil, capaz de apoiar e estimular o crescimento. É possível reduzir o número de carreiras na administração federal de 300 para cerca de 20. E é preciso diminuir os salários de início de carreira e estender o prazo para alcançar o teto, tomando por base o que paga o setor privado. Pesquisa feita pelo Banco Mundial, em 2019, mostrou que o salário no setor público era 96% superior ao cargo equivalente no setor privado.

Mesmo que a reforma só venha a valer para os novos funcionários públicos, o que inegavelmente reduz muito o seu alcance, é necessário ter pressa, uma vez que mais de 40% do atual quadro se aposentará até 2030, o que exigirá novos concursos. Mas como bem destacou Allan Falls, um dos principais coordenadores das reformas que resgataram a competitividade da Austrália no final do século passado e início deste, é preciso manter aceso o senso de crise para que as mudanças aconteçam. Além do sempre importante senso de urgência. Com a palavra, o Congresso Nacional.

Carlos Rodolfo Schneider Empresário

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/09/2022/p1>

O abismo que a pandemia aprofundou (Editorial)

Passados mais de dois anos desde sua eclosão, a covid- 19 continua a causar impactos econômicos e sociais em todo o mundo, mas fica cada vez mais claro que o grau de desenvolvimento prévio de cada país foi muitas vezes determinante para o sucesso ou fracasso da estratégia de enfrentamento da pandemia. Há exceções, mas essa é uma conclusão válida para a maioria das nações, inclusive o Brasil. Internamente, regiões menos desenvolvidas também sofreram mais. É o que mostra o ranking anual de competitividade organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e pela Tendências Consultoria Integrada, que chega à sua 11.^a edição. Em 2022, os 11 Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste conquistaram as primeiras posições, enquanto os 16 do Norte e Nordeste ficaram com as últimas.

Ainda que esse seja um padrão que se repete em todas as edições do levantamento, sempre havia uma exceção a confirmar a regra e ao menos um Estado do Norte ou do Nordeste bem posicionado entre os primeiros 11 colocados.

Não mais. Como bem definiu o diretor executivo do CLP, Tadeu Barros, o pós-pandemia reforçou as históricas desigualdades regionais e as diferenças entre os dois "Brasis".

A intenção do ranking não é apontar culpados, mas oferecer um diagnóstico claro sobre o estágio dos problemas com base em dados e informações públicas. A partir dele, é possível avaliar quais áreas merecem ações urgentes e articular políticas públicas com vistas a objetivos mais amplos, como o desenvolvimento econômico, a atração de investimentos e o aumento da qualidade de vida da população.

É, portanto, leitura obrigatória para os governadores que forem eleitos em outubro.

Para cada Estado, o levantamento reuniu 86 indicadores nas áreas de educação, infraestrutura, sustentabilidade ambiental e social, segurança pública, inovação, eficiência da máquina pública, capital humano e potencial de mercado. A exemplo das edições anteriores, São Paulo continua a liderar o ranking geral - embora também esteja em uma situação pior do que aquela que apresentava antes da pandemia.

Sem surpresas, o Estado foi o primeiro colocado em infraestrutura e educação e o segundo mais bem posicionado em sustentabilidade e inovação. Santa Catarina continuou em segundo lugar, seguida por Paraná e Distrito Federal, que apenas trocaram de posição de um ano para o outro. Houve mais mobilidade entre os últimos colocados. Em 2021, Pará, Acre e Roraima haviam ficado com as três piores posições. Neste ano, foram substituídos por Piauí, Maranhão e Amapá.

O ranking permite que se chegue a algumas conclusões, especialmente sobre estratégias que não têm dado certo no enfrentamento das desigualdades.

Seus resultados reforçam, por exemplo, a necessidade de fortalecimento do pacto federativo e da aprovação de uma **reforma tributária** que dê fim à fratricida guerra fiscal. A atuação paroquial do Congresso tampouco tem contribuído. Nos últimos anos, as emendas de relator, base do orçamento secreto, privilegiaram justamente os Estados que estão hoje nas piores posições do ranking. Resgatar o papel da União na articulação de políticas públicas com Estados e municípios é essencial para garantir o enfrentamento efetivo de gargalos históricos.

Nem tudo, porém, são notícias ruins.

Roraima saiu da 27.^a posição para a 22.^a em apenas um ano, com expressivo avanço em políticas para emissões de gases e destinação de lixo, rede de fibra óptica, custo da energia e dos combustíveis. O Rio de Janeiro, por sua vez, saiu da 17.^a posição para a 11.^a, um desempenho puxado por melhorias relativas em indicadores como eficiência do Judiciário, oferta de serviços públicos digitais, equilíbrio de gênero no emprego público estadual e redução de presos sem condenação.

Nem Roraima nem Rio de Janeiro estão no terço superior do ranking, mas isso não é motivo para desprezar seus resultados. Eles provam não haver terra arrasada, mas muitas oportunidades de melhoria rápida quando os Estados trabalham na busca de soluções e do desenvolvimento de suas potencialidades.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado de olho nas decisões sobre juros

ROSANA HESSEL

A 13 dias das eleições, a semana começa com a expectativa de uma série de decisões sobre taxas de juros básicas de vários países. O foco do mercado estará direcionado para a "Super Quarta", dia de decisões conjuntas dos comitês de política monetária dos bancos centrais do Brasil (Copom) e dos Estados Unidos (Fomc), que devem causar mais tensão na corrida para o primeiro turno, no dia 2.

A maioria das apostas para a próxima resolução do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), nesta quarta-feira, é de um novo ajuste de 0,75, nos juros básicos atuais, com intervalo de 2,25% a 2,50% ao ano, devido à surpresa nos dados recentes da **inflação** norte-americana, que está mais persistente e espalhada do que o esperado. Mas aumento maior nos juros, de um ponto percentual ou até mais do que isso, não é descartado, porque analistas reconhecem que o Fed pode tentar tirar um pouco do atraso no início do ciclo de aperto monetário. Na última semana, os dados de **inflação** da maior economia do planeta surpreenderam o mercado, fizeram analistas elevarem as apostas e as bolsas caírem. Não à toa, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) acompanhou o mau humor internacional e perdeu R\$ 102,7 bilhões em apenas quatro dias, conforme dados da Trade Map.

No Brasil, como o Copom iniciou o ajuste monetário mais cedo do que os demais bancos centrais, o mercado se divide entre estabilidade e uma última alta de 0,25 ponto percentual na taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano. De acordo com dados do banco norte-americano Goldman Sachs, existe 60% de probabilidade de manutenção da Selic e outros 40% de chances de aumento de 0,25 ponto percentual, elevando os juros básicos para 14% - maior patamar desde outubro a novembro de 2016.

A certeza entre os analistas é de que está perto o fim do ciclo de aperto monetário do BC, iniciado em março de 2021. Naquela época, a Selic estava no piso histórico de 2% anuais, e, agora, o consenso indica que ela deve permanecer alta durante um período prolongado e uma queda, gradual, está sendo prevista para o segundo semestre de 2023. Ao contrário das afirmações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a economia "está decolando", eles alertam para o freio de mão puxado pelo BC.

Escalada

As projeções para a Selic no fim de 2023 subiram para 11,25% e devem subir mais, segundo analistas, porque, o Tesouro Nacional passou a pagar mais de 12% nos títulos prefixados com vencimento em 2025 na semana passada.

"O contexto de **inflação** mais elevada na economia mundial e com juros subindo é um sinal ruim para os países emergentes, porque o dólar fica mais caro, e conseqüentemente, será preciso juro real elevado. Portanto, a queda na Selic vai ser muito moderada no ano que vem", destaca Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos. Pelas estimativas dele, a **inflação** no ano que vem continuará pressionada e acima do teto da meta, girando em torno de 6% no ano que vem, mas ele acha que o BC não vai elevar a Selic.

Vale lembrar que as previsões para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano e do ano que vem continuam acima dos tetos da meta, de 5% e de 4,75%, respectivamente, um sinal de que o BC não pode ser leniente com a **inflação**, ou seja, "dovish", como aconteceu nas eleições de 2014, no governo Dilma Rousseff (PT). E, apesar do recuo no IPCA, em julho e em agosto, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem dado declarações de que não está confortável em interromper o ciclo neste momento e que não pode comemorar a deflação. Segundo ele, o BC não pensa em cortes de juros no momento, porque existe "um elemento de preocupação grande com a **inflação**".

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, ressalta que, mesmo com a manutenção da Selic, a política monetária continuará restritiva do ponto de vista da atividade econômica, porque os juros já estão em um patamar elevado. Além disso, ele acredita que, com o Fed apertando mais a mão nos juros, isso pode, de certa forma, ajudar o Copom a manter a Selic em 13,75%. "A alta dos juros internacionais pode até ajudar o Copom a não elevar os juros, porque desacelera a economia global e reduz os riscos inflacionários", avalia. Ele lembra que a maior preocupação do BC é com a alta do custo de vida a partir de 2024, porque, apesar de a **inflação** estar recuando neste ano, as expectativas futuras continuam acima do teto das metas determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). "O comportamento da **inflação** sugere uma política monetária mais cautelosa", destaca.

O diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos

Econômicos do Bradesco, Fernando Honorato, também não espera queda nos juros básicos tão cedo. "A redução dos **impostos** sobre combustíveis deve trazer o IPCA para 5,8% a 6% no fim do ano e alguns determinantes melhoraram. Não consigo imaginar o BC subindo os juros nesse contexto, mas o corte de juros deverá ser postergado", afirma. Ele destaca que um dos motivos para as projeções de **inflação** continuarem acima da meta é justamente a questão fiscal, que está indefinida em 2023. "Ninguém sabe exatamente qual será a política fiscal do próximo governo e, dependendo do resultado das urnas, o BC poderá ter mais ou menos trabalho no controle da **inflação**", alerta Honorato que estima a Selic no fim de 2013 em 11,75%. "O que for sinalizado pelo próximo governo para as contas públicas vai determinar os valores para o câmbio. Por isso, estou mais preocupado com o fiscal do que com a decisão do Fed", acrescenta.

Apesar de prever a manutenção da Selic em 13,75%, o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, reconhece que uma alta de 0,25 ponto percentual não seria uma surpresa e reforça que a Selic continuará elevada por mais tempo, em parte pelo desempenho da economia acima das estimativas neste ano. "Houve um momento em que o mercado começou a se animar com um corte de juros no começo de 2023 mas, como a atividade econômica está vindo mais forte, a dinâmica da **inflação** pode fazer o BC fazer um último ajuste, mas não é o cenário mais provável", afirma.

Autonomia

Pela primeira vez, o país atravessa uma eleição presidencial com o Banco Central autônomo. E analistas estarão atentos ao **comunicado** do Copom que, segundo eles, deverá ser bem claro e explicar os fatores da decisão para não deixar dúvidas de que é independente, uma vez que a política fiscal do governo Jair Bolsonaro (PL), com distribuição de benefícios, não ajuda o BC na tarefa de controlar a **inflação**.

Para um grupo de analistas, a taxa básica já subiu muito tanto que os juros reais (descontada a **inflação**) devem encerrar o ano entre 6% e 8%, um enorme limitador forte do crescimento de qualquer economia, pois o consenso é de desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**), apesar das surpresas positivas nos indicadores recentes. Apesar da nova rodada de revisões para cima das previsões para o **PIB** deste ano, as mais otimistas dos analistas indicam alta de apenas 1% no **PIB** do ano que vem.

Para o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e assessor externo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

(CNC), se elevar os juros, "o BC estará dando um tiro no pé", porque ele "os juros estão muito elevados e podem comprometer a atividade no ano que vem".

Contudo, a piora dos riscos fiscais e a persistência inflacionária, pois o IPCA acumulou alta de 8,73% nos 12 meses encerrados em agosto, e, no mesmo período, o núcleo do indicador girou acima, em 9,15%, são motivos para novas altas na Selic, de acordo com o economista-chefe da Gladius Research, Benito Salomão. Ele aposta duas elevações na taxa básica de 0,25 ponto percentual e prevê os juros encerrando dezembro em 14,25% ao ano. Para ele, a política fiscal já foi capturada para a campanha, com os pacotes eleitoreiros do governo. "Estamos falando de vários retrocessos na área fiscal, desde a PEC dos Precatórios e teremos um caso clássico de falta de coordenação da política econômica", alerta.

Economista e professora do Insper, Juliana Inhasz ressalta ainda que os integrantes do Copom precisarão de muita lucidez para definir o rumo da política monetária, porque a queda da **inflação** é pontual e a economia não vai decolar, como prevê Guedes. "Vamos apostar em um BC consciente entendendo que o tempo não é para baixar os juros, ainda que ainda há espaço para uma pequena alta na Selic, apesar de isso repercutir mal na campanha eleitoral", afirma.

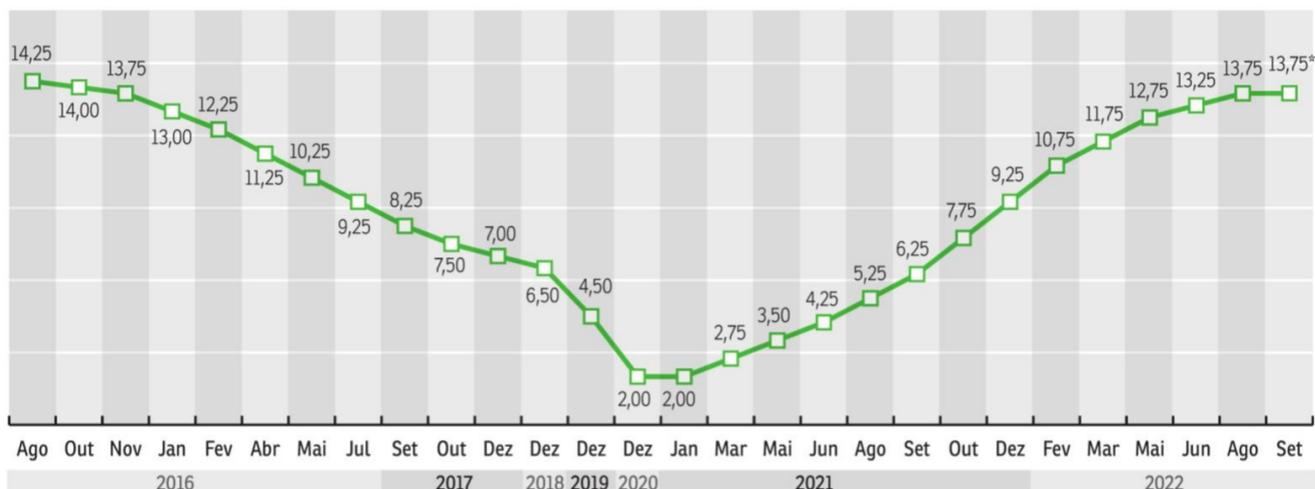
Além do Fomc e do Copom, outras importantes decisões sobre política monetária ocorrem na semana, como as da China, do Reino Unido e do Japão.

Aperto monetário

Na próxima quarta-feira, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) tem nova decisão sobre a taxa Selic e mercado está dividido entre estabilidade ou mais uma alta de 0,25 ponto

Histórico das últimas decisões

Taxa Selic — Em % ao ano



*Aposta da maioria das previsões do mercado (60%), mas muitos analistas não descartam uma alta derradeira de 0,25% nos juros básicos

Missão difícil

O Banco Central tem como missão preservar o valor da moeda e, para isso, precisa cumprir as metas determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)

Metas de inflação - Em % ao ano

Ano	Centro	Teto	Inflação-Focus*
2021	3,75	5,25	10,06**
2022	3,50	5,00	6,40
2023	3,25	4,75	5,17
2024	3,00	4,50	3,47
2025	3,00	4,50	3,00

*Mediana das projeções do mercado do boletim Focus, do Banco Central

**Alta do IPCA em 2021, conforme dados do IBGE

Carestia resistente

Apesar da deflação no IPCA de julho e de agosto, devido à redução pontual dos impostos sobre combustíveis, núcleo da inflação continua elevado e já supera o indicador mensal (Em %)

Mês	IPCA	Núcleo*
Dez21	10,06	7,08
Jan22	10,38	7,30
Fev22	10,54	7,61
Mar22	11,30	8,23
Abr22	12,13	9,00
Mai22	11,73	9,31
Jun22	11,89	9,49
Jun22	10,07	9,36
Ago22	8,73	9,15

*dados levantados pela Gladius Research, com base nos dados do IPEADATA

Fonte: Banco Central, IBGE, Goldman Sachs e Gladius Research



Sociedades pobres com alguns ricos (Artigo)

John Bum-Murdoch

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=10§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=10§ion=2

Por suborno, Gol vai pagar US\$ 413 milhões

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=10§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=10§ion=2

Emprego e atividade serão destaque no Copom

Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333

"Precisamos de um plano emergencial de educação"

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Ronaldo Teixeira da Silva, mais conhecido como Professor Nado, nome pelo qual concorre pelo Avante a uma vaga de senador pelo Rio Grande do Sul, é doutor em Ciências Sociais e Políticas. Aos 58 anos, já foi ministro interino da Educação, em 2005, e, depois disso, secretário-executivo adjunto da pasta da Justiça também durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, critica concepções da esquerda que chama de tradicional e se propõe a articular um plano para resgatar emergencialmente a educação brasileira.



MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Ronaldo Teixeira da Silva, mais conhecido como Professor Nado, nome pelo qual concorre pelo Avante a uma vaga de senador pelo Rio Grande do Sul, é doutor em Ciências Sociais e Políticas. Aos 58 anos, já foi ministro interino da Educação, em 2005, e, depois disso, secretário-executivo adjunto da pasta da Justiça também durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, critica concepções da esquerda que chama de tradicional e se propõe a articular um plano para resgatar emergencialmente a educação brasileira.

O senhor já chegou a ocupar, interinamente, o cargo de ministro da Educação, área em que o país vem perdendo recursos. Como senador, o que seria possível fazer?

Precisamos de um plano emergencial de educação. Nosso sistema educacional tem um atraso de duas décadas. Tu pegas o caso do RS, o atual governo assume com um Ideb (índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 3,7. Em 2019, estava em 4,2, resultado, obviamente, de obra do governo anterior. Vem num crescimento, mas estamos em 4,2 enquanto a meta exigida pelo MEC é de 5,3. Na vida escolar, o Rio Grande do Sul estaria reprovado. No Senado, tenho convicção de que podemos criar um plano emergencial de educação e não um plano de recuperação fiscal. Temos que superar essas duas décadas de atraso. No governo Lula eu estava coordenando o grupo de Educação Básica do Ministério da Educação, um grupo que estudou o Fundeb (Fundo Nacional da Educação Básica), a formação de professores. O Fundeb é a referência, temos que continuar trabalhando na contramão de uma visão neoli-beral, vincular mais receitas para a educação, e não reduzir.

O senhor disse ser favorável a um plano de educação

em vez de um plano de recuperação fiscal. E contra o acordo firmado pelo Estado?

O que foi feito é, de um lado, imposição do governo federal e, de outro, subserviência do governo do Estado. Outros motivos são que levaram o governo a fazer o acordo, porque são R\$ 89,9 bilhões de dívida. Muitos estão falando de R\$ 74 bilhões, R\$ 75 bilhões. Mas esquecem que há os R\$ 14 bilhões do atraso. Houve acúmulo de R\$ 14 bilhões que serão negociados em 30 anos, em separado. E os R\$ 75 bilhões, considerados o principal, passam a ser pago agora, depois dos primeiros 12 meses de carência. E coisa assustadora. A parcela vai ser de quanto? R\$ 400 milhões, R\$ 500 milhões? Vai comprometer a folha de novo? Vai tirar da educação e da saúde novamente? Das nossas estradas, que já são terríveis? Então o plano de recuperação fiscal precisa ser questionado.

Qual a sua posição sobre a reforma administrativa?

A reforma administrativa pode e deve ser feita inclusive para modernizar as relações de trabalho, mas não podemos nunca desconsiderar que os planos de carreira têm que ser preservados, além da estabilidade. O plano de carreira dos professores do Rio Grande do Sul praticamente deixou de existir. Então precisamos, sim, fazer reforma administrativa, mas em momento algum desrespeitai- aqueles que constituem o Estado.

E a reforma tributária?

E difícil de dizer, mas é preciso: **impostos** são criados para que haja redistribuição de renda. Então não podemos partir simplesmente do pressuposto de que o imposto é indevido ou ruim. Ele é necessário. Se não tiver **impostos**, como governo e como Estado não arrecadaremos para combater a desigualdade social. O que não podemos é não fazer a **reforma tributária** e ficar esqueteando a proposta. O que ocorreu recentemente? Em função da gasolina, a redução do ICMS no Estado, comprometendo em bilhões que estão tentando precisar os valores ainda e que vão repercutir em educação, segurança, saúde, na vida de gaúchos e gaúchas.

O senhor é contra a redução nas alíquotas de ICMS?

Neste momento sou contra, mas podemos chegar numa **reforma tributária** e ter alíquota inclusive inferior à atual. Mas dentro de um contexto. Se a gente baixar um ponto percentual, muda completamente. Tu vais estimular naturalmente a vida empresarial e os empreendedores. Vai faltai" um pouco para o caixa, mas a geração de riqueza vai nos recolocar numa situação pujante, é um estudo a ser aprofundado. Agora não pode hoje, simplesmente porque tem processo eleitoral em curso, vou lá, baixar a gasolina para poder ter discurso, e reduzo o ICMS sem dizer qual é a contrapartida futura.

A questão eleitoral está muito ligada a um outro tema polêmico que é o orçamento secreto. Usaria esse tipo de recurso?

Não. Já foram R\$ 20 bilhões e alguma coisa em emendas indicadas do orçamento secreto. E outra: que tipo de governança é essa? Estou lá no Senado, mando o dinheiro aqui pro Pedrinho (escola pública de São Leopoldo). No entanto, sem plano educacional com aquele recurso lá alocado, outras 299 cidades ou outros 299 Pedrinhos não têm um senador lá.

Outra questão são as "emendas pix", que dificultam o acompanhamento dos gastos...

Aí não se sabe nem para onde vai exatamente. Eu não usaria isso. De forma alguma. Estou assumindo publicamente que nenhum real de emenda do orçamento secreto será utilizado se eu tiver oportunidade de ser senador. Nenhum, nenhum real. E, quando chegar lá, vou fazer grande debate para equacionar essas relações entre Legislativo e Executivo.

Já tramitam projetos que buscam restringir mais o aborto. Como vê isso?

Há um autor norte-americano, Mark Lilla, que é liberal e tem estudo sobre o identitarismo que a esquerda da tradição não compreendeu ainda. Por falta de projeto para a sociedade, caímos no identitarismo. Então tu tens movimentos compartimentados, o feminista, o antirracista, mas qual é o projeto de sociedade de ambos? Cada um luta pela parte que lhe diz respeito, corretamente, mas não constrói um projeto de sociedade Na questão específica da mulher, primeiro temos que respeitai" o sujeito na sua integridade. Portanto, as leis têm que ser propostas de tal sorte que se trate de liberdade individual. Então, a mulher há de decidir aquilo que lhe compete. (...) Eu valorizaria o tema da saúde no escopo da legislação, porque isso evita qualquer debate.

Também tramita PEC que prevê a prisão de condenados criminalmente em segunda instância. O

senhor seria favorável?

Sou a favor. O problema é que não é essa a nossa lei. (...) Defendo, inclusive, assembleia nacional constituinte, reforma mais ampla. Tem que criai" um fundo constitucional de segurança pública. Como se tem de educação e saúde. (...) A Constituição da qual a gente se orgulha é de 1988. Não tinha celular, redes sociais. E preciso revisar a Carta. (...) Acho que o próximo presidente necessariamente tem de ser reformista, sob pena de ficarmos na mesma lógica vinculados ao poder do centrão.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Eleições com reflexo global



VICENTE NUNES CORRESPONDENTE

Lisboa - Dentro de pouco menos de duas semanas, o Brasil irá às urnas sob o olhar atento do mundo.

O resultado das eleições mais polarizadas da história terá reflexos não apenas na América Latina, mas no planeta como um todo, sobretudo pelo fato de o país abrigar um dos ícones da extrema-direita, o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tenta a reeleição. Na avaliação do professor e economista Rafael Pampillón, da IE University, com sede em Madri, os riscos são grandes tanto se a maioria der mais quatro anos de mandato a Bolsonaro quanto se a vitória for do petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com a reeleição do atual presidente, as instituições terão de ser fortes o suficiente para conter movimentos autocráticos, e, no caso de eleição de Lula, para garantir que prevaleça a social-democracia e não o radicalismo inerente à parcela da esquerda.

Autor do livro *Quando os eleitores perdem a paciência*, Pampillón avalia que a opção do eleitorado por regimes extremistas decorre das consecutivas crises econômicas, das perdas acumuladas pelas classes menos favorecidas dos países ricos com a globalização, da corrupção frequente e das imensas desigualdades sociais. Cansada, insegura, inquieta, a população acaba se rendendo ao populismo barato e às falsas promessas. Esse quadro está presente nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e na América Latina, em especial, no Brasil.

"Quando as pessoas estão insatisfeitas com o governo, a frustração quase sempre leva a uma mudança política radical", assinala.

Esse movimento, acredita ele, intensificou-se durante a pandemia.

O que todos devem ficar atentos é que, em meio à confusão e às incertezas, os eleitores podem cometer erros históricos, como o que levou Adolf Hitler ao poder na Alemanha, nos anos de 1930, que resultaram na Segunda Guerra Mundial. Para que fatos como esse não se repitam, mesmo que em menor proporção, políticos moderados, sejam de esquerda, sejam de direita e mesmo de centro, devem estar presentes no debate público e adotar um discurso que rompa com o radicalismo.

Na avaliação do professor, hoje, a percepção é a de que os eleitores não se sentem representados pelos partidos políticos de centro e, por isso, votam nos extremos.

"Candidatos populistas, tanto da extrema direita quanto da extrema esquerda, parecem mais aptos a capitalizar a frustração dos eleitores, gerada, em 2020, pela pandemia e, agora, pela crise energética causada pela invasão russa na Ucrânia", reforça. E acrescenta: "Os populismos de extrema direita e extrema esquerda, como é o caso do Brasil, surgem como consequência da insegurança social, econômica e trabalhista de muitos cidadãos".

O escritor diz, ainda, que o confronto entre Lula e Bolsonaro gerou um sério conflito de legitimidade política, justamente em um momento em que políticas ortodoxas - defendidas com mais vigor por partidos de centro - seriam providenciais para resolver a crise econômica do país, envolver pessoas mais qualificadas para executar um plano de ação global e buscar maior apoio social.

"Como se não bastasse, os problemas no Brasil se agravam porque a classe política atual é, provavelmente, a menos qualificada em muitas décadas. Os atuais líderes promovem a divisão e a vitimização, abusam da manipulação de informações e estão mais preocupados com o marketing eleitoral do que com o bem-estar da população", sentencia.

A seguir, os principais trechos da entrevista de Pampillón ao Correio.

Temos assistido a mudanças radicais tanto na política quanto na economia mundo afora. O que isso representa?

As oscilações dos pêndulos da política e da econômica são fenômenos que vêm ocorrendo ao longo da história nos últimos 200 anos. Quando as pessoas estão insatisfeitas com o governo, a frustração quase sempre leva a uma mudança radical. Ou seja, as pessoas votam na alternativa política, esperando que sua situação econômica melhore.

O senhor afirma, em seu livro, que os eleitores perderam a paciência. O que efetivamente quer dizer com isso?

Os eleitores perdem a paciência com os governantes quando seu bem-estar é reduzido. Ou seja, quando o desemprego aumenta, o crescimento econômico diminui, a pobreza cresce e a **inflação** dispara. Assim, os cidadãos vão às urnas e punem o partido no poder. Em muitos países latino-americanos, como, por exemplo, Chile, Peru e Colômbia, à medida que a covid-19 se espalhava, os eleitores se sentiam cansados. E abandonaram os partidos tradicionais, dando lugar a governos de esquerda.

Quais as consequências para os países desse sentimento de desgosto dos eleitores?

Às vezes, as consequências são boas, às vezes, não. Em alguns casos, os eleitores estavam certos, em outros, errados.

Na Alemanha dos anos de 1930, os cidadãos ficaram frustrados com a mágestão da República de Weimar. Hitler foi, então, alçado ao poder para tirar a economia alemã da Grande Depressão.

Eles estavam errados. Por outro lado, os norte-americanos estavam certos quando o Ronald Reagan (republicano) ganhou as eleições em 1980 nos Estados Unidos. De fato, Jimmy Carter (democrata), que se tornou presidente em 1976, estava errado com suas políticas econômicas. Carter tentou resolver vários problemas muito graves, como os altos índices de **inflação** e desemprego, mas falhou. Isso fez com que, na disputa eleitoral seguinte, em 1980, os eleitores dessem apoio maciço ao seu rival, Ronald Reagan. De (Richard) Nixon até hoje, os eleitores norte-americanos vêm alternando entre presidentes democratas e republicanos, dependendo da frustração econômica de cada momento.

No meu livro, "Quando os eleitores perdem a paciência", são analisados casos radicais de política econômica na história dos Estados Unidos e da

Europa Ocidental. Mas, também, encontramos a China em suas páginas, para entender a situação atual do gigante asiático, que teve uma mudança de pêndulo em sua economia desde 1978.

Quando ficou claro esse descontentamento dos eleitores?

O processo de globalização melhorou a renda das classes médias nos países emergentes - como o Brasil -, mas piorou a renda das classes média baixa e baixa no mundo desenvolvido. Foram essas classes menos privilegiadas dos países ricos, que perderam seus empregos porque trabalhavam em setores sem futuro, que geraram um clima de protesto contra seus governos. Criou-se uma perigosa amálgama, numa sociedade cansada, hipersensível e cada vez mais confusa. São precisamente esses setores desfavorecidos da população que votaram em Donald Trump, nos EUA; em Marine Le Pen, na França; em Viktor Orbán, na Hungria; em Jair Bolsonaro, no Brasil; em Tayyip Erdogan, na Turquia; em Geert Wilders, na Holanda; em Vladimir Putin, na Rússia; etc. São políticos populistas, que se consideram intérpretes e executores da "vontade do povo". Defendem um nacionalismo baseado em um Estado de bem-estar amplo e, em alguns casos, no medo da imigração, que associam à perda de oportunidades para os cidadãos nativos. Além disso, durante o ano de 2020, à medida que a covid-19 se espalhava pelo mundo, alguns desses líderes populistas defenderam políticas de "negação", rejeitando a existência e/ou a importância do vírus ou negando as vacinas que foram aprovadas para combatê-lo.

O Brasil saiu de um governo de esquerda para um de extrema direita? Por que esse movimento tão brusco?

Talvez porque os eleitores não se sintam representados pelos partidos políticos de centro e, por isso, votam nos extremos.

Candidatos populistas, tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda, parecem mais aptos a capitalizar a frustração dos eleitores, gerada, em 2020, pela pandemia e, agora, pela crise energética causada pela invasão russa na Ucrânia. Os populismos de extrema direita e extrema esquerda, como é o caso do Brasil, surgem como consequência da insegurança social, econômica e trabalhista de muitos cidadãos. Frustração que se deve também à crescente desigualdade na distribuição de renda, provocada pelo aumento do desemprego e pela redução dos salários nos grupos menos privilegiados.

Mas não são apenas as seguidas crises econômicas que estão por trás de todas as mudanças que estamos assistindo, certo?

De acordo com as pesquisas, muitos cidadãos percebem que há outros problemas que permanecem sem solução: corrupção, desigualdade, democracia insuficiente e promessas quebradas.

As eleições são, portanto, uma oportunidade para muitos eleitores expressarem, por meio do seu voto, se percebem ou não a crise econômica, mas, também, são um termômetro que mede o desinteresse demonstrado pelos entrevistados, em pesquisas de opinião, por Bolsonaro.

Como vê a polarização extrema entre Lula e Bolsonaro?

O confronto entre Lula e Bolsonaro gerou um sério conflito de legitimidade política, justamente em um momento em que políticas ortodoxas - defendidas com mais vigor por partidos de centro - seriam providenciais para resolver a crise econômica, envolver pessoas mais qualificadas para executar um plano de ação global e buscar maior apoio social. Como se não bastasse, os problemas no Brasil se agravam porque a classe política atual é, provavelmente, a menos qualificada em muitas décadas.

Os atuais líderes promovem a divisão e a vitimização, abusam da manipulação de informações e estão mais preocupados com o marketing eleitoral do que com o bem-estar da população. O capitalismo é posto em causa e confiase ao Estado resolver os principais problemas econômicos. Vemos essa polarização radical em todo mundo, com a extrema direita ganhando espaço rapidamente. Por que isso?

De fato, a extrema direita está ganhando espaço na Itália, na França, na Hungria e nos Estados Unidos. Mas os governos do centro também têm ganhado destaque.

Ou seja, políticos mais equilibrados, como Emmanuel Macron, na França; Olaf Scholz, na Alemanha; António Costa, em Portugal; Mark Rutte, na Holanda; e Justin Trudeau, no Canadá. São exemplos de políticos de países ricos que decidiram não embarcar na onda populista. Apontam mais para políticas de estabilidade macroeconômica, administrações públicas mais eficientes, sistemas fiscais mais equitativos, supressão do favoritismo e excesso de procedimentos burocráticos, bem como a promoção da concorrência e da segurança jurídica. Isso significa que o conflito redistributivo nos países mencionados tenderá a ser menor.

E deve-se notar, também, que alguns países europeus, incluindo Alemanha, França, Espanha,

Portugal e Holanda, estão conseguindo vínculos cada vez mais fortes e caminham para um mercado mais integrado e uma maior união política na Europa.

No entanto, também existem incertezas no horizonte europeu. Olhando para as próximas eleições presidenciais na França (um dos motores da União Europeia), as duas principais alternativas ao presidente Macron, que não poderá concorrer a um terceiro mandato, são a extrema-direita de Le Pen e a extrema-esquerda de Jean-Luc Mélenchon.

O que os resultados das eleições presidenciais do Brasil vão sinalizar para o mundo? Por quê?

O Brasil é o país mais populoso e tem a maior economia da Ibero-América, com uma influência que se projeta na região e no mundo. É importante por sua participação no Brics, no qual divide a mesa com China e Rússia em um momento difícil. Por um lado, será interessante ver, se Lula vencer, como o eleitor reagirá após quatro anos de bolsonarismo, se a esquerda tradicional latino-americana optará por posições mais inclinadas e ideológicas ou retornará à social-democracia, como ocorreu em um passado recente. Neste momento, os governos de Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia) e, potencialmente, o de Lula, no próximo ano, têm que decidir entre uma esquerda moderada, que favoreça o mercado acompanhado de medidas sociais, ou se opta por um caminho mais radical, como aconteceu na Argentina e na Nicarágua, o que seria desastroso para a região e para o Brasil.

O crescimento da extrema direita é irreversível? Os eleitores estão realmente mais conservadores?

Mais do que extrema direita ou extrema esquerda, o crescimento em nível internacional se dá em movimentos populistas que, dependendo do país, têm características diferentes. Nos países mais polarizados, as eleições estão sendo decididas por uma margem estreita de votos, como aconteceu nos EUA, onde Joe Biden derrotou Trump, que pode ser considerado populista e não de extrema-direita. Enquanto a democracia gozar de instituições sólidas, os eleitores poderão mudar sua opção política. E, de fato, o fazem porque o extremismo de qualquer tipo geralmente não oferece resultados satisfatórios para a sociedade. O problema é quando as instituições democráticas não têm força para resistir à passagem de um autocrata como chefe de Estado, como aconteceu com Nayib Bukele, em El Salvador, Daniel Ortega, na Nicarágua, e Viktor Orbán, na Hungria.

Nesses casos, mais do que um crescimento de posições extremas, o que se observa é uma perseguição legal, midiática e até física aos

moderados, o que faz com que percam cargos nas eleições.

Como convencer os eleitores dos riscos de movimentos extremistas?

Explicando a eles que, para a economia crescer e criar empregos no longo prazo, é preciso aumentar a produtividade. O que um governo precisa fazer para aumentar a produtividade?

Na minha opinião, comprometer-se com um sistema educacional que premia a excelência e melhora o capital humano das empresas.

Também proporcionar às empresas mais inovação, facilitando, por exemplo, o aumento do investimento em pesquisa e tecnologia.

Além disso, é essencial obter energia mais barata. Outro aspecto fundamental é conseguir uma maior unidade de mercado ou, o que dá no mesmo, reduzir os custos das empresas que operam em vários territórios, o que implica submeter-se a múltiplas regulamentações regionais e municipais. Por fim, é conveniente favorecer o crescimento em tamanho das empresas.

Os políticos mais moderados ainda têm condições de reconquistar os eleitores?

Tanto a esquerda quanto a direita liberais e não extremistas têm condições de voltar a cativar os eleitores, mas precisam lançar um novo contrato social focado em responder às preocupações e às necessidades da maioria social neste momento. Soluções consideradas não demagógicas ou ideologizadas.

Para isso, é necessário que a centro-direita e a centro-esquerda não joguem com o extremismo e o populismo, pois, quando começam a imitar os extremos, os eleitores têm a opção de "comprar" o original (extremismo) ou uma cópia (partidos políticos imitando extremistas), mas acabam optando pelo extremismo.

O mundo ainda está saindo de uma pandemia, há uma guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Que impacto isso tem entre os eleitores?

Incerteza, ansiedade, insegurança. Diante disso, parte da sociedade busca soluções simples, que gerem segurança.

E é nesse terreno fértil que o populismo e o extremismo, com suas mensagens, podem capitalizar o apoio eleitoral.

Os problemas no Brasil se agravam porque a classe política atual é, provavelmente, a menos qualificada em muitas décadas"

Em Londres para funeral da Rainha, Bolsonaro faz discurso em tom de campanha e fala em vitória no primeiro turno (Espaço do Leitor)

"Fazendo comício em velório, que desrespeito! Enquanto isso, no Brasil, cortou remédios da farmácia popular; não reajustou a tabela do Imposto de Renda; não corrigiu a tabela do SUS; vetou a correção da merenda escolar; não propôs o reajuste acima da inflação para o salário mínimo."

@ viverpoesia

"Nunca visitou um hospital, uma escola, uma creche. Nunca lastimou a destruição da vida, do meio ambiente, da dignidade das pessoas. Daí, vai tirar foto com o caixão da rainha." @GalegosLuciana

"Desespero... Isso explica tudo"

@alisson_drumond

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/09/2022/p1>

Bolsonaro contra as mulheres - CELSO ROCHA DE BARROS

CELSO ROCHA DE BARROS

A essa altura, ninguém discute que Bolsonaro tem um problema com as mulheres. Isso ficou evidente em sua agressão à deputada Maria do Rosário, em seu elogio da tortura de Dilma Rousseff na votação do impeachment. O problema ficou ainda mais claro em sua campanha contra jornalistas mulheres, com ataques sórdidos contra Patrícia Campos Mello, Míriam Leitão, Amanda Klein e, mais recentemente, Vera Magalhães.

É cada vez mais claro que Bolsonaro só conseguiu se comportar mais ou menos bem na sabatina do Jornal Nacional porque os hormônios de William Bonner estavam ali, dando segurança psicológica para o presidente por mais que Renata Vasconcellos o questionasse.

Recentemente, aliás, em um discurso em que tentava usar a primeira-dama para melhorar sua imagem diante do eleitorado feminino, Jair resolveu puxar um coro em defesa do próprio pênis.

O machismo é parte do problema, é claro, mas políticos machistas, em geral, são capazes de se controlar quando é de seu interesse. O que faz Jair se descontrolar dessa forma?

Sobre isso, há duas hipóteses. Alguns acham que é porque Jair ataca quem denuncia seus crimes, e nos últimos quatro anos as mulheres fizeram melhor esse trabalho. Outros acham que é porque as mulheres brasileiras insistiram em cuidar de seus filhos quando Jair tentou matá-los na pandemia de 2020-2021 e na fome de 2022.

Os ataques às jornalistas sempre vêm quando um crime de Jair é descoberto. Campos Mello descobriu seu sistema clandestino de disparos de WhatsApp na campanha de 2018, Klein perguntou-lhe sobre os 51 imóveis que a família de Jair pagou em dinheiro vivo, Magalhães perguntou sobre a culpa de Bolsonaro na redução da cobertura vacinal brasileira, Leitão já denuncia Jair faz tempo por seus ataques à democracia.

O papel de destaque das mulheres -não só no jornalismo, mas também na política- na denúncia do bolsonarismo é notável. Já faço, inclusive, a aposta: se

Lula ganhar e os militares saírem da briga, vai aparecer um bando de marmanjo que passou os últimos quatro anos escondido debaixo da cama e/ou puxando o saco do Guedes, fazendo pose de corajoso como se tivessem furado fila no desembarque da Normandia.

Mas ainda acho que o principal motivo do ódio de Bolsonaro contra as mulheres brasileiras se deve à insistência de nossas compatriotas em dar de comer a seus filhos, em cuidar para que não fiquem doentes.

Bolsonaro deixou os filhos das brasileiras sem vacina durante a pandemia; deixou os filhos das brasileiras sem comida durante a inflação de 2022. Há bem mais mulheres do que homens dizendo que experimentaram insegurança alimentar no Brasil nos últimos anos.

O que nos leva a repensar o problema: se há mais mulheres do que homens preocupados com a fome de seus filhos, não é que Bolsonaro tenha um problema com as mulheres, é que o Brasil tem um problema com parte de seus homens. Por que eles não estão preocupados com seus filhos?

Em minha primeira coluna sobre Bolsonaro, escrevi que bolsonarismo não era coisa de homem, porque homem é um tipo de adulto. Adulto cuida dos filhos. Adulto é a favor de vacina. Que "identitarismo" é esse que Bolsonaro conseguiu vender para parte dos homens brasileiros, em vez de oferecer-lhes emprego, renda e cidadania?

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

39

Brasil terá dívida maior e gastos represados ao fim do mandato de Bolsonaro

Idiana Tomazelli

O presidente Jair Bolsonaro (PL) encerrará seu mandato deixando como herança um país mais endividado do que encontrou ao assumir o cargo, em 1º de janeiro de 2019, e um estoque de despesas represadas que vai impulsionar ainda mais o indicador da dívida brasileira a partir de 2023.

Ao longo de sua gestão, o chefe do Executivo precisou abrir os cofres públicos para enfrentar a pandemia de Covid-19, uma crise sem precedentes que obrigou países a despejar dinheiro para socorrer famílias e dar sustentação à atividade econômica.

Mas a atual administração também abortou parte dos esforços que poderiam acelerar o processo de ajuste e ajudar na estabilização do quadro fiscal.

Sob o comando de Paulo Guedes, o Ministério da Economia manteve uma série de benefícios tributários e ampliou desonerações, medidas que drenam receitas do governo e acabam aumentando a necessidade de emitir dívidas.

Bolsonaro, por sua vez, interditou o debate de revisão de despesas ao dizer que não iria "tirar de pobres para dar a paupérrimos". Dali para frente, as pressões políticas e sociais foram convertidas em licenças para gastar acima do teto de gastos -regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

No fim de 2018, a dívida bruta do governo estava em 75,3% do PIB (Produto Interno Bruto), um nível já elevado para países emergentes como o Brasil e que foi alcançado após déficits acumulados desde 2014, no governo Dilma Rousseff (PT).

Em julho deste ano, a dívida alcançou 77,6% do PIB. Ela deve encerrar 2022 em 78,6% do PIB, segundo as expectativas coletadas no Boletim Focus. O valor é maior do que no início do mandato de Bolsonaro.

A mesma trajetória é observada na dívida líquida do setor público, que desconta os ativos como reservas internacionais. O indicador estava em 52,8% do PIB no fim de 2018 e deve terminar o ano em 59% do PIB, segundo as estimativas de mercado.

Além de elevada, a dívida brasileira tem um custo não

desprezível. Os juros nominais pagos por governo federal e Banco Central nos 12 meses até julho alcançaram 5,63% do PIB. É mais de quatro vezes o gasto com o Auxílio Brasil (1,2% do PIB).

Quando Guedes assumiu a Economia, havia a expectativa entre técnicos de que ele comandasse um grande esforço para reduzir a dívida de forma mais contundente.

O ministro chegou apresentando credenciais de liberal e prometendo zerar o déficit já em 2019. Quase quatro anos depois, Guedes centrou-se na defesa de medidas pontuais para derrubar a dívida, como privatizações, e desperdiçou a chance de enviar uma proposta de Orçamento 2023 com superávit primário, algo inédito desde 2014.

Em vez disso, ele atendeu aos desejos do presidente e manteve R\$ 80,2 bilhões em desonerações, das quais R\$ 52,9 bilhões correspondem ao corte de tributos federais sobre diesel e gasolina, adotado em ano eleitoral após a disparada de preços de combustíveis.

O argumento da equipe econômica é que há melhora estrutural das receitas. Do lado de fora, porém, muitos especialistas são céticos quanto ao vigor duradouro da arrecadação, uma vez que o impulso vem de fatores temporários, como inflação e valorização de commodities (que turbina receitas com royalties e participações especiais).

O próprio governo foi mais conservador nas projeções oficiais e enviou a peça orçamentária prevendo um déficit de R\$ 63,7 bilhões no ano que vem.

O rombo deve ser ainda maior porque a proposta de Orçamento para 2023 exclui uma série de gastos, como os R\$ 52,5 bilhões necessários para pagar o Auxílio Brasil mínimo de R\$ 600 -compromisso já firmado pelos quatro principais candidatos à Presidência da República.

Outros fatores contribuirão para recolocar a trajetória da dívida em rota de ascensão, como o menor crescimento em 2023, a alta na taxa de juros e a redução da inflação, que atenua os ganhos de arrecadação.

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Inspere e colunista da Folha, projeta que a fatura adicional será de R\$ 124,6 bilhões, elevando o déficit a R\$ 188 bilhões (1,8% do **PIB**).

Ele alerta que esse resultado é muito distante do superávit de ao menos 1% do **PIB** que seria necessário para estabilizar a dívida pública - isso adotando premissas otimistas de avanço de 2,5% da economia em 2023 e taxa real de juros de 4% (abaixo do praticado hoje).

"Se a hipótese da melhoria temporária [nas receitas] for prevalecer, estamos em uma emboscada. Não temos tranquilidade fiscal para o futuro", disse Mendes em seminário na UnB (Universidade de Brasília) na última sexta-feira (16).

"Mesmo que a hipótese de melhoria permanente prevaleça, também não estamos num cenário tranquilo porque tivemos uma piora sensível da economia política", acrescentou, em referência à tomada de controle do Orçamento pelo Congresso por meio das emendas.

O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal da FGV (Fundação Getúlio Vargas), estima um impacto maior, de R\$ 215 bilhões, pois inclui na conta uma receita menor de royalties de petróleo.

Ambos ressaltam que, diferentemente das eleições de 2018 (quando a pauta da reforma da Previdência marcou o debate econômico) ou de períodos anteriores, há certa fadiga na discussão de ajuste fiscal e reformas, sobretudo no contexto social atual.

Nesse cenário adverso, o crescimento esperado da dívida ainda é "lento e controlado", diz Pires, e isso tem sido suficiente para tranquilizar o mercado. Nas projeções do Boletim Focus, a dívida bruta chega a 87,9% do **PIB** em 2029, caindo lentamente nos períodos seguintes. Já a dívida líquida subiria continuamente até atingir 70% do **PIB** em 2031.

Mas uma explosão de despesas poderia trazer turbulências. "É importante ter uma compreensão do que é razoável fazer [após as eleições], para não absorver todo esse impacto de uma só vez", diz Pires.

A economista Julia Braga, professora da UFF (Universidade Federal Fluminense), resalta que uma alta na dívida não é problemática no curto prazo e não deve afetar o câmbio ou os índices de risco. "Ela é necessária para viabilizar um aumento do gasto que está sendo demandado pela sociedade", diz.

"Já num prazo mais longo, vai depender muito da

capacidade de ter um crescimento econômico mais vigoroso para que a relação entre juro e crescimento seja favorável", afirma ela, que recomenda foco no controle do custo da dívida. Planejamento de despesas e aprovação de reformas tributárias que reduzam desigualdades serão essenciais nessa tarefa, diz Braga.

Ao encerrar o mandato com dívida maior, Bolsonaro repete Dilma, cuja gestão foi marcada pela deterioração das contas, e Michel **Temer** (MDB), que assumiu após o afastamento da petista e herdou a situação fiscal delicada.

Lula reduziu o indicador em seus dois mandatos, após o aumento na gestão de Fernando Henrique Cardoso - quando a dívida subiu após o controle da **inflação** e as emissões do país ainda eram mais atreladas ao câmbio.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50039>

Dívida pública recua no pós-pandemia, mas trajetória é de alta

Em % do PIB



80,3%
 foi o nível de dívida bruta do governo geral em relação ao PIB ao fim de 2021

57,2%
 foi o nível de dívida líquida do setor público em relação ao PIB ao fim de 2021

*Dados históricos do FMI
 **Inclui os títulos do Tesouro que estão na carteira livre do Banco Central
 ***Desconta o volume de títulos do Tesouro na carteira livre do BC
 ****Ajuste feito pelo Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV para corrigir efeitos da elevada inflação no período anterior ao Plano Real, calculado apenas até 2016

Projeções do Tesouro Nacional

Em % do PIB



Projeções do mercado financeiro, segundo Boletim Focus (BC)*

Em % do PIB



*Mediana baseada em posição de 9.set.22
 Fontes: Tesouro Nacional, FMI, Banco Central e Ibre/FGV

Banco Mundial vê pior cenário desde os anos 1970

ANDRÉ MARINHO

O aperto monetário colocado em marcha pelos principais bancos centrais para tentar controlar a alta da **inflação** pode deflagrar um cenário de recessão global em 2023, alertou o Banco Mundial em relatório divulgado na semana passada. O estudo adverte para o crescente risco de crises financeiras em economias emergentes e em desenvolvimento.

Segundo estimativas da entidade, para controlar a escalada dos preços, os BCs ao redor do mundo terão que subir juros em uma média de 2 pontos percentuais.

Se acompanhado por estresse nos mercados financeiros, esse ritmo desaceleraria o crescimento do **PIB** do planeta a 0,5% em 2023 e de 0,4% em termos per capita.

Esse resultado cumpriria os critérios técnicos para definir uma recessão. O documento destaca ainda uma série de evidências que apontariam para um quadro recessivo no horizonte.

Segundo a análise, a economia global registra a mais acentuada desaceleração desde os anos 1970.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente vai à ONU em viagem com risco político calculado

Thiago Amâncio e Marianna Holanda WASHINGTON E BRASÍLIA

Jair Bolsonaro (PL) viaja a Nova York para abrir a 77ª Assembleia-Geral da ONU na terça (20). O cronograma apertado, a duas semanas da eleição, e o fato de ele estar em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto exigiram, porém, que a equipe do presidente pesasse com mais atenção o risco político dos roteiros.

Com cara de evento de campanha, a viagem aos Estados Unidos terá caravanas de apoiadores de cidades americanas para recepcionar o presidente nesta segunda-feira (19) e para um almoço ainda na terça, depois do discurso na ONU.

Em meio a uma disputa eleitoral longe de estar resolvida, viajar para fora do país, principalmente para dois destinos internacionais em sequência - o presidente também foi a Londres acompanhar o funeral da rainha Elizabeth 2ª - não foi um cálculo simples.

A avaliação do governo foi que a viagem era obrigatória e que o custo político de faltar seria maior que o de comparecer, reforçando a imagem de isolamento do presidente no xadrez político mundial.

Não que a presença seja garantia de integração no tecido global. Bolsonaro, afinal, não tem reuniões bilaterais marcadas com nenhum chefe de Estado de país expressivo para a economia brasileira.

Mas a viagem aos EUA foi decidida a partir de um raciocínio diferente da que o levou a Londres, segundo aliados do presidente, que queriam acima de tudo uma foto de Bolsonaro ao lado do novo rei Charles 30. Na avaliação da campanha, estar no Reino Unido é um aceno maior ao eleitor comum, em um tema pop como a realeza britânica e que tem ampla cobertura midiática. Já a viagem a Nova York se dirige mais aos formadores de opinião e lideranças internacionais, além de garantir certo destaque no noticiário.

Pensando nisso, o discurso de Bolsonaro na Assembleia-Geral deve ser permeado de acenos à comunidade internacional sem deixar de lado sua base eleitoral no Brasil.

O presidente deve falar da crise de alimentos catapultada pela Guerra da Ucrânia e repetir que o Brasil é um "celeiro do mundo", com capacidade de garantir a segurança alimentar global -sem mencionar, é claro, a crise no próprio país, onde a fome se agravou desde a pandemia e 33 milhões não têm o que comer, segundo estudo recente.

Ainda em relação à guerra, Bolsonaro deve usar a crise de escassez de gás natural na Europa, que levou a um aumento da queima de carvão, para criticar países que condenaram suas políticas ambientais -ou a ausência delas. Ele deve reafirmar que o Brasil tem uma matriz energética limpa, além de aproveitar o gancho para promover uma proposta de sua campanha eleitoral sobre o fomento à energia eólica no Nordeste.

Criticado por potências ocidentais por não se posicionar contra a Rússia, Bolsonaro deve falar ainda do acolhimento de refugiados ucranianos.

O que deve ocupar boa parte do discurso também é a economia, que serve tanto para atrair investidores quanto eleitores. Há expectativa de que ele defenda que o Brasil se recuperou melhor que outros países e destaque o crescimento do **PIB** acima do esperado, e projeções otimistas do mercado.

Por mais que a diplomacia brasileira tente preparar um Bolsonaro mais centrado, no entanto, o texto final lido pelo presidente é fechado no Palácio do Planalto, e existe o receio de que ele use o púlpito da ONU também para criticar outros países com governos de esquerda. O presidente insistiu em eventos recentes em criticar não só a ditadura da Nicarágua, mas também os vizinhos democráticos Chile e Argentina, em acenos a sua base mais radicalizada.

Se for bem aceito, o discurso deve ser usado na campanha, principalmente em vídeos curtos para redes sociais.

Discursando pela quarta vez na ONU, o Bolsonaro que chega ao evento em 2022 é diferente do de anos anteriores. Em 2019, quando havia grande expectativa sobre sua estreia, o presidente fez um discurso agressivo e inusual entre líderes brasileiros. Em 2020, gravou pronunciamento exibido de forma remota na Assembleia devido à pandemia e se defendeu das

críticas pelo descontrole da Covid no país.

Em 2021, a viagem foi marcada pela recusa do presidente em se imunizar contra a Covid e pela dúvida quanto às regras que proibiam pessoas não vacinadas de participarem de eventos em locais fechados.

Aquele também foi o primeiro ano de Joe Biden na Presidência dos EUA, e havia certa tensão entre os dois, já que o brasileiro apoiou abertamente a reeleição de Donald Trump e repetiu suspeitas infundadas de fraude no pleito americano. Na ocasião, os dois líderes não se encontraram.

Em 2022, Bolsonaro viaja com uma relação mais apaziguada com Biden. Eles se reuniram pela primeira vez em junho, durante a Cúpula das Américas, ainda que Washington tenha dado recados de que não deve embarcar em uma aventura golpista caso o brasileiro não respeite o resultado das eleições de outubro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

39

País precisa gastar mais com educação nos pós-pandemia, diz Cláudia Costin

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Os problemas do Auxílio Brasil - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Emergência climática cria trauma em jovens, afirma CEO do B Team

Daniela Chiaretti e Anais Fernandes De Nova York

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

O voto também está mais caro em 2022 - BRUNO CARAZZA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333?page=1§ion=1

Maioria aposta em manutenção da Selic em 13,75% nesta semana

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187333